



Brasília, 25 de maio de 2024

## PRESENTES NO CNG

**PELA DIREÇÃO DA FASUBRA:** 12 coordenadores

**PELA BASE:** ASSUFMS (4 delegados), ASSUFBA (5 delegados), ASUFPEL (2 delegados), SINDIFES (7 delegados), SINT-IFESGO (4 delegados), SINTET-UFU (2 delegados), SINTFUB (4 delegados), SINTUFCE (6 delegados), SINTUFEJUF (2 delegados), SINTUFEPE (6 delegados), SINTUFF (5 delegados), SINTUFRJ (7 delegados, 1 observadora), SINTUFSC (3 delegados), SINTUFSCAR (2 delegados), SINDITEST-PR (6 delegados), ASAV (1 delegado), SISTAMS (3 delegados), ASSUFOP (2 delegados), SINTUR-RJ (1 delegado), SINTUFEPE-RURAL (3 delegados), SINTUF-MT (2 delegados), SINTUFES (2 delegadas), SINTESAM (1 delegado), SINTEST/RN (5 delegados), SINDTIFES/PA (2 delegados), SINTUFABC (1 delegado), SINDUFLA (2 delegados), SINTUFAL (2 delegadas), SINSTAUFAP (2 delegados), SINDS-UFSJ (1 delegado), SINTESPB (1 delegado).

## INFORME DE GREVE

## ANÁLISE DE CONJUNTURA E ORIENTAÇÕES

Esta semana foi marcada por três importantes mobilizações do conjunto da classe trabalhadora, que reuniram, em Brasília-DF, diferentes setores do movimento sindical e operário e que transformaram a capital federal no centro das mobilizações da classe.

O 24º Grito da Terra Brasil, realizado nos dias 20 e 21, com o tema "Agricultura Familiar é alimento saudável e conservação ambiental", organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), Federações e Sindicatos filiados e entidades ligadas à pauta da agricultura familiar.

A Marcha da Educação Federal, no dia 21, organizada pelos Comandos de Greve da FASUBRA-Sindical, SINASEFE e ANDES-SN, reuniu trabalhadores técnico-administrativos em educação, professores e estudantes, com a presença de caravanas de diferentes estados, somou-se à manifestação organizada pelas Centrais Sindicais.

A Marcha Operária e Camponesa, no dia 22, organizada de forma conjunta pela CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST, CSB, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Pública, em unidade, lançou dois documentos com reivindicações, propostas e agenda importantes para os trabalhadores e as trabalhadoras: a "Pauta da Classe Trabalhadora – Prioridades 2024" e a "Agenda Jurídica e das Centrais Sindicais no STF - 2024". Entre as principais pautas está a revogação da Reforma Trabalhista, Previdenciária e Administrativa; a luta contra a lei da terceirização ilimitada e a questão da convenção 151 da OIT sobre negociação do serviço público.

Dentre as reivindicações apresentadas pelas Centrais, questões como aprovação do Projeto de Valorização da Negociação Coletiva no setor privado e público (Convenção 151 da OIT) e de Atualização do Sistema Sindical objetivam incentivar as negociações coletivas e sua regulamentação para o setor público, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais, dentre outros aspectos.

Ao mesmo tempo em que diversos setores da classe trabalhadora se organizaram para apresentar suas reivindicações e fortalecer sua unidade na luta por melhores condições de trabalho, a ala conservadora da Câmara dos Deputados, em 21/05, ampliou sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e aprovou o projeto de lei, que agora seguirá para o Senado Federal, objetivando a criminalização dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no país.

A crise humanitária do Rio Grande do Sul, decorrente de um fenômeno climático, mas também do sucateamento dos sistemas de prevenção, devido ao descaso do poder público que aposta na desestruturação dos serviços públicos, serviu como um laboratório da extrema direita, que sem qualquer constrangimento, reproduziu a mesma estratégia adotada nas últimas eleições e não hesitou



em colocar em atividade a máquina de divulgação de “fake news” para promover o desgaste, em particular dos partidos de esquerda que integram a coalização governista, sendo indiferente ao sofrimento da população.

Os patrões, frente à catástrofe, ameaçam com demissões em massa e a retirada de direitos de acordos/convenções coletivas. Para defender os direitos estabelecidos é necessário que Lula edite uma Medida Provisória que garanta a ultratividade dos acordos/convenções e revogue a Lei nº 14.437/2022 do governo Bolsonaro.

Esses elementos brevemente apontados indicam que a centralidade da disputa do conjunto da classe trabalhadora segue o enfrentamento às políticas neoliberais e de austeridade fiscal, que colocam a conta da crise no bolso do povo trabalhador e conseqüentemente a necessidade de enfrentar a extrema direita e o fascismo, sintetizado no Brasil no bolsonarismo, que se reorganiza internacionalmente para avançar em seu projeto de destruição da democracia.

Por outro lado, o enfrentamento do projeto de destruição dos direitos da classe trabalhadora requer a reorganização e o fortalecimento da unidade da classe, por meio da construção de respostas às suas reivindicações que permitam ao conjunto das organizações da classe fortalecerem sua posição na disputa com setores de extrema-direita.

Considerando:

Que a categoria de Técnicos Administrativos em Educação da base da FASUBRA está em greve há quase 90 dias, em mobilização permanente nas Instituições Federais de Ensino (IFE) por todo país, com uma pauta que tem como elementos principais a reestruturação da carreira, a recomposição salarial e a recomposição orçamentária.

Que, antes do início da greve, o processo negocial partiu de uma proposta inicial que previa a concessão de reajustes lineares de 4,5% em maio/2025 e 4,5% em maio/2026, num montante de cerca de 2 bilhões de reais, além da revisão dos valores dos benefícios.

Que, após o início da greve, foram apresentadas duas propostas, 9% em janeiro/2025 e 3,5% em maio/2026, num total de cerca de 2,9 bilhões, que na mesa do dia 21/05 foi ampliada com a proposição do percentual de 5% em abril/2026, num total de cerca de 3,5 bilhões e um reajuste ponderado de aproximadamente 19,9%.

Que já estivemos em 5 mesas de negociação com o MGI por intermédio da Secretaria de Relações de Trabalho, e que até agora as propostas apresentadas pelos negociadores da bancada do Governo, embora tenha pontos que já foram acatados pelo movimento, no geral são insuficientes para que possamos fechar um acordo nessa greve em sua plenitude.

Que há uma articulação entre os comandos de greve das entidades da Educação Federal, cuja base também está em greve, unificando ações entre técnico-administrativos e docentes, expressando o esforço para acumular a força necessária para exigir do Governo a melhoria das propostas nas mesas de negociação.

Que a mobilização na Educação Federal ainda mantém o apoio da opinião pública e preserva capacidade de mobilização para seguir intervindo na conjuntura com a continuidade da greve e seguir a luta pela valorização dos trabalhadores da Educação Federal, que são responsáveis pela produção de ensino, pesquisa e extensão no país, condição absolutamente necessária para a busca da soberania tecnológica, independência científica e atendimento das necessidades do povo brasileiro.

Que nesse momento a disputa no interior da coalização governista se expressa na tensão entre a priorização da política do déficit zero e de austeridade fiscal e as necessidades da reconstrução do estado brasileiro, a retomada da sua capacidade de promover políticas públicas e as conseqüências dessa política acabam deixando uma margem reduzida para a aplicação do próprio programa de governo, que tem como um dos elementos principais a valorização dos serviços públicos, em especial a educação.

Que ao mesmo tempo que o Governo sinaliza para o sistema financeiro um compromisso em cumprir metas fiscais, anunciando nas mesas de negociação ter um orçamento limitado para os servidores públicos, contraditoriamente tem apresentado propostas com impacto financeiro significativo para outras categorias do funcionalismo público federal, como os trabalhadores da segurança pública, que para os policiais penais chega a 77,15% para os de fim de carreira, a Polícia Rodoviária Federal com 27,48%, e os delegados da Polícia Federal com 27,48%, deixando a Educação Federal, em especial



os Técnico-administrativos em Educação, numa situação muito desfavorável entre as prioridades do Governo.

Que os Técnico-administrativos em Educação (TAE) sofreram um congelamento salarial de quase sete anos durante os governos Temer e Bolsonaro, em decorrência do acordo firmado anteriormente, com efeitos por apenas dois anos. Esse acordo acabou por acarretar em uma perda significativa do seu poder aquisitivo durante esse período (34%), maior do que as demais categorias do setor público, o que torna cada vez mais difícil a dedicação e permanência na carreira (PCCTAE), bem como a sobrevivência das famílias desses trabalhadores em relação ao custo de vida, seja para quem está na ativa ou aposentados.

Que é preciso avançar também em relação à pauta no que se refere à recomposição orçamentária das Instituições Federais de Ensino, o que compromete o desenvolvimento das atividades fim dessas instituições e as condições de trabalho de técnicos e docentes. De acordo com a Andifes, a necessidade de recomposição orçamentária apenas para fechar as contas do ano é de 2,5 bilhões a mais do que foi garantido até o momento.

Que os TAE, bem como o conjunto dos trabalhadores da Educação Federal, estiveram sempre juntos com a população brasileira nos momentos mais difíceis do último período. Foi assim no combate às consequências da pandemia salvando vidas, foi assim na defesa da democracia estando na linha de frente contra o golpismo da extrema direita e é assim agora na solidariedade e apoio ao povo do Rio Grande do Sul que sofre com as enchentes que são consequências da crise climática provocada pela ação do próprio sistema capitalista contra o meio ambiente. Ficando comprovado que é preciso mais serviços públicos para o atendimento das necessidades do povo e não mais austeridade fiscal para atender os interesses do mercado. As vidas precisam estar acima do lucro.

Que na última mesa de negociação o governo apresentou um aumento de 1,5%, saindo de 3,5% chegando ao índice de 5%, em 2026, e aumentando 1% no índice de correlação para o nível D. São elementos novos em relação a proposta anterior, mas que ainda são insuficientes para avançarmos em relação a recomposição salarial e a reestruturação de nossa carreira.

Que com a última proposta ainda continuamos com forte corrosão salarial e com graves problemas em relação a injustiças e problemas que existem na estrutura do PCCTAE, tanto para ativos como para aposentados.

Que o nosso movimento esteve sempre disposto a negociar, pois estamos conscientes das dificuldades impostas por um congresso nacional cada vez mais controlado por forças reacionárias e da influência de massas que a extrema direita ainda possui no país. Portanto, a derrota de nosso movimento só interessa as forças mais reacionárias desse país. Assim, o esforço para chegar num acordo de greve não pode ser uma via de mão única e o governo precisa assegurar uma inclusão orçamentária mais consistente para o atendimento da pauta dos trabalhadores da educação federal.

Que o CNG está elaborando uma contraproposta para ser remetida à base e depois apresentada ao governo e deseja avançar com as negociações com diálogo e sem intransigências.

Que o CNG não aceitará ultimatoss e a indiferença do governo em relação a apresentação de nossa contraproposta. Exigimos a continuidade das negociações para avançar no atendimento dos diversos itens de nossa pauta, inclusive no que concerne aos itens que não implicam na necessidade de aporte de recursos, bem como avançar na concretização do programa de governo, pelo qual, o presidente Lula foi eleito, com o apoio da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras da educação federal que ajudaram a derrotar Bolsonaro na última eleição em 2022.

Queremos o PCCTAE no orçamento como uma política de estado que valorize a educação federal.

Nesse sentido o CNG orienta:

1. Realizar rodada de assembleias, no período de 27 a 29 de maio, com retorno das deliberações para o CNG até quarta-feira (29/05) 14h;
2. Rejeitar à proposta da última mesa de negociação e continuidade e fortalecimento da greve, com a realização de ações que ampliem a visibilidade de nosso movimento na imprensa, nas redes sociais e em toda sociedade;
3. O CNG deve articular com os comandos de greve do SINASEFE, ANDES-SN, um dia nacional de atos em todo país na semana após o feriado do corpus christi;



4. A Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, em conjunto com o CNG, a partir dos parâmetros aprovados, deve elaborar contraproposta que será remetida para consulta às entidades de base para ser protocolada junto ao governo, inclusive no que concerne à manutenção da progressão por capacitação na nova estrutura;
5. O CNG deve articular com o Ministério da Educação a tentativa de inclusão de um texto genérico na lei do PCCTAE para a instituição do RSC, na forma já protocolada junto ao MGI, que possibilite a continuidade do debate com a base da categoria até a definição do modelo de RSC a ser detalhado pela CNSC. Caso não se concretize essa possibilidade, fazer constar no termo de acordo as condições para discussão e instituição do RSC;
6. Fortalecer e intensificar a articulação com parlamentares e assessorias partidárias, em âmbito federal, estadual e municipal, com objetivo de pressionar o governo a conceder mais recursos do orçamento para a educação federal, bem como a manutenção de ações em Brasília em frente aos ministérios, e o café com Lula, em frente à residência presidencial;
7. Continuar as ações conjuntas da greve da educação federal, fortalecendo a articulação entre os comandos de greve da FASUBRA, SINASEFE e ANDES-SN, contudo sem vincular a solução da greve dos TAE à solução da greve docente uma vez que são movimentos construídos com dinâmicas próprias;
8. Dialogar com o SINASEFE com vistas à elaboração de uma contraproposta ao governo, para dar coesão e unidade a bancada sindical dos TAE nas mesas de negociação;
9. Os comandos locais de greve a organizarem atividades voltadas a ampliação da visibilidade, com ações radicalizadas, que pautem a imprensa local na próxima semana. Articular com parlamentares e lideranças políticas locais que tenham interlocução com o governo, para ampliar o aporte de recursos para reestruturação da carreira;
10. Os comandos locais de greve devem informar ao CNG o percentual da paralisação em suas instituições para que o CNG possa aferir a dimensão da greve;
11. Os comandos locais devem organizar ações durante visitas do presidente Lula e seus ministros nos estados, dando visibilidade ao movimento grevista, e reforçar a pressão para que o presidente receba e atenda a pauta dos TAE. O CNG propõe as palavras de ordem: "Lula assumo as negociações com a educação", "Lula receba os TAE!", "Lula receba a Educação Federal!", "A greve continua, Lula a culpa é sua!", utilizando também nos materiais e mídias do CNG;
12. Dar continuidade a campanha de solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, com coleta de doações de materiais de higiene, limpeza, roupas, agasalhos e em dinheiro, via pix, para as entidades de base da federação, considerando as mesmas orientações feitas no período da pandemia. Colocando à disposição toda a infraestrutura possível e necessária das entidades para acolher demandas dos atingidos pelas enchentes.

## RELATO – REUNIÃO DA MESA ESPECÍFICA DO PCCTAE

No dia 21 de maio, ocorreu a 5ª Mesa Específica e Temporária do PCCTAE. Estavam presentes na reunião pela bancada do Governo os representantes do Ministério da Gestão e Inovação, incluindo o secretário José Lopez Feijóo, que presidiu a reunião, e representantes do Ministério da Educação (MEC). Pela bancada sindical estavam presentes membros da direção da FASUBRA-Sindical e do SINASEFE Nacional.

Na reunião foi apresentada a contraproposta do Governo ao Projeto de Reestruturação de Carreira e recomposição salarial dos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino do Brasil. De acordo com o material apresentado, há um orçamento de 3,2 bilhões de reais disponíveis para a recomposição salarial e o aprimoramento da carreira, que foram propostos de ser distribuídos na forma de um ajuste da correlação entre os níveis de classificação, que passariam a utilizar o piso do nível E como referência, e seriam construídos da seguinte maneira: o piso do nível A passaria a corresponder a 35% do piso do nível E, o piso do B seria de 40% do E, o piso do C seria 50% do E, e o piso do D corresponderia a 61% do piso do E. Também foram apresentados índices de recomposição



salarial, em valores de 14,45% acumulados no piso do E, que seriam distribuídos nos valores de 9% em 2025 e 5% em 2026, ficando o ano de 2024 sem recomposição salarial. O Governo apresentou, portanto, um aumento de 1,5% para o reajuste de 2026, que era de 3,5%, e 1% de aumento na correlação do nível D em relação à proposta anteriormente apresentada na reunião do dia 19 de abril.

Não foram apresentadas propostas de aumento do *step* na tabela, nem proposições de inclusão de capacitação por aceleração. O Governo afirmou que não há recurso disponível para se trabalhar os aumentos de índices e *step* nem para 2026, mas há a possibilidade, no entanto, de incluir na discussão da carreira a aceleração por capacitação. Em relação ao RSC, o mesmo será debatido e definido no âmbito do MEC no pleno da CNSC.

## DEVOLUTIVA À CONTRAPROPOSTA DO GOVERNO

O Comando Nacional de Greve (CNG), em construção coletiva, no dia 25 de maio, aprovou os parâmetros para negociação da contraproposta com o governo. Na semana em que se realizou a 5ª reunião, no dia 21.05, da mesa específica e temporária da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação, ocorreu amplo debate técnico e político pelos membros da Comissão Nacional de Supervisão de Carreira (CNSC) que esteve reunida em Brasília durante o período de 20 a 24 de maio, acompanhando as análises de conjuntura do CNG e encaminhando as demandas solicitadas.

A pedido do CNG, a CNSC elaborou diversos cenários de distribuição de recursos orçamentários na matriz reestruturada do PCCTAE, utilizando a ferramenta do Simulador de Propostas PCCTAE (Versão 2.0). Diferentes combinações dos parâmetros disponíveis para serem trabalhados foram avaliadas, considerando possíveis arranjos de distribuições de recursos. Estes parâmetros compreendem as mudanças nas correlações entre os Níveis de Classificação A, B, C e D em relação ao E; aumento do percentual do *step*; aumento de índices de recomposição; e, o mês/ano de aplicação dos parâmetros. Foram apresentados 18 cenários aos delegados do CNG na reunião de quinta-feira (23/05).

O CNG discutiu por não aprovar diversos cenários, mas deliberou sobre cada um dos parâmetros que serão utilizados para a elaboração da contraproposta, como orientação para discussão e referendo nas bases.

Os parâmetros para elaboração de contraproposta para o aprimoramento do PCCTAE e os índices de recomposição salarial, são os seguintes:

1. Utilizando o piso do nível E como referência na matriz salarial, as correlações com os pisos dos outros níveis de classificação passariam a ser calculados da seguinte forma:
  - a. Piso do Nível de Classificação A, passa a ter uma correlação de 39% em relação ao piso do nível E;
  - b. Piso do Nível de Classificação B passa a ter uma correlação de 40% em relação ao piso do nível E;
  - c. Piso do Nível de Classificação C passa a ter uma correlação de 60% em relação ao piso do nível E;
  - d. Piso do Nível de Classificação D passa a ter uma correlação de 61% em relação ao piso do nível E.
2. Aumento escalonado do *step* constante partindo de 4,0% até alcançar o percentual de 4,5% em 2026.
3. Recomposição salarial, no piso de referência, com os índices de pelo menos 4% em 2024 (inflação), 9% em 2025 e 9% em 2026.

Com a aplicação total dos parâmetros aprovados pelo CNG os resultados nos Níveis de Classificação alcançam os seguintes percentuais:

Nível de Classificação A - aumento nos pisos nos valores de 51,85%;

- Nível de Classificação B - aumento nos pisos nos valores de 28,63%;  
 Nível de Classificação C - aumento nos pisos nos valores de 59,35%;  
 Nível de Classificação D - aumento nos pisos nos valores de 28,78%; e,  
 Nível de Classificação E - aumento nos pisos nos valores de 23,53%.

Os valores de vencimento no teto de cada nível sem considerar o Incentivo à Qualificação, passariam a ser de R\$ 4.849,70 para o A; R\$ 4.974,10 para o B; R\$ 7.461,10 para o C; R\$ 7.585,40 para o D e R\$ 12.435,10 para o E, conforme figura abaixo.

NC	Padrão	Vencimento PCCTAE Atual	Simulação		
			Vencimento	% de Aumento	Aumento Absoluto
<b>A (Fundamental Incompleto)</b> (39,0% do Nível E)	Inicial	1.446,12	<b>2.195,9</b>	<b>51,85%</b>	R\$ 749,8
	Final	2.879,28	<b>4.849,7</b>	<b>68,43%</b>	R\$ 1.970,4
<b>B (Fundamental Completo)</b> (40,0% do Nível E)	Inicial	1.750,99	<b>2.252,3</b>	<b>28,63%</b>	R\$ 501,3
	Final	3.486,29	<b>4.974,1</b>	<b>42,67%</b>	R\$ 1.487,8
<b>C (Fundamental/Médio)</b> (60,0% do Nível E)	Inicial	2.120,13	<b>3.378,4</b>	<b>59,35%</b>	R\$ 1.258,3
	Final	4.221,26	<b>7.461,1</b>	<b>76,75%</b>	R\$ 3.239,8
<b>D (Nível Médio)</b> (61,0% do Nível E)	Inicial	2.667,19	<b>3.434,7</b>	<b>28,78%</b>	R\$ 767,5
	Final	5.310,48	<b>7.585,4</b>	<b>42,84%</b>	R\$ 2.275,0
<b>E (Nível Superior)</b> (Referência)	Inicial	4.556,92	<b>5.630,6</b>	<b>23,56%</b>	R\$ 1.073,7
	Final	9.073,01	<b>12.435,1</b>	<b>37,06%</b>	R\$ 3.362,1

Figura 1. Quadro comparativo entre o vencimento atual do PCCTAE e o vencimento proposto (Fonte: Simulador de Propostas PCCTAE - Versão 2.0).

O percentual de aumento acumulado no piso do nível E (referência na matriz salarial) seria de 23,53%, o teto do nível E com doutorado ficaria com o valor de R\$ 21.761,50 (Figura 2). O impacto final em dezembro de 2026 na folha de pagamento anual total da categoria teria um acréscimo de R\$ 8.121.095.201,08, um investimento de aproximadamente 40% no PCCTAE. Os demais valores de piso e teto dos níveis A, B, C, D e E com os valores de incentivo à qualificação podem ser acompanhados na figura 2.

NC	Padrão	Vencimento PCCTAE Atual	Incentivo à Qualificação (IQ) - Simulação							
			Vencimento	Fundam. 10%	Médio 15%	Técnico 20%	Graduação 25%	Espec. 30%	Mestrado 52%	Doutorado 75%
<b>A (Fundamental Incompleto)</b> (39,0% do Nível E)	Inicial	1.446,12	<b>2.195,9</b>	2.415,5	2.525,3	2.635,1	2.744,9	2.854,7	3.337,8	3.842,9
	Final	2.879,28	<b>4.849,7</b>	5.334,7	5.577,2	5.819,6	6.062,1	6.304,6	7.371,6	8.487,0
<b>B (Fundamental Completo)</b> (40,0% do Nível E)	Inicial	1.750,99	<b>2.252,3</b>	2.477,5	2.590,1	2.702,7	2.815,3	2.927,9	3.423,4	3.941,4
	Final	3.486,29	<b>4.974,1</b>	5.471,5	5.720,2	5.968,9	6.217,6	6.466,3	7.560,6	8.704,6
<b>C (Fundamental/Médio)</b> (60,0% do Nível E)	Inicial	2.120,13	<b>3.378,4</b>	3.716,2	3.885,1	4.054,1	4.223,0	4.391,9	5.135,1	5.912,2
	Final	4.221,26	<b>7.461,1</b>	8.207,2	8.580,3	8.953,3	9.326,4	9.699,4	11.340,9	13.056,9
<b>D (Nível Médio)</b> (61,0% do Nível E)	Inicial	2.667,19	<b>3.434,7</b>	3.778,2	3.949,9	4.121,6	4.293,4	4.465,1	5.220,7	6.010,7
	Final	5.310,48	<b>7.585,4</b>	8.344,0	8.723,3	9.102,5	9.481,8	9.861,1	11.529,9	13.274,5
<b>E (Nível Superior)</b> (Referência)	Inicial	4.556,92	<b>5.630,6</b>	6.193,7	6.475,2	6.756,8	7.038,3	7.319,8	8.558,6	9.853,6
	Final	9.073,01	<b>12.435,1</b>	-	-	-	-	16.165,7	18.901,4	21.761,5

Figura 2. Tabela com os valores de piso e teto dos diferentes níveis de classificação incluindo os valores de Incentivo à Qualificação na contraproposta (Fonte: Simulador de Propostas PCCTAE - Versão 2.0)

As análises acima descrevem os detalhes da aplicação dos parâmetros conforme deliberação do CNG, fornecendo embasamento para as entidades sobre os próximos passos a serem adotados. Importante ressaltar que a contraproposta que será apresentada ao governo aglutina diversos outros itens da pauta de greve, ainda não contemplados nas mesas de negociações (Mesa Específica e Temporária, Mesa Setorial e Mesa Nacional de Negociação Permanente), com e sem impacto orçamentário,



respectivamente. Entre esses itens estão: Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), 30h, demandas dos HU, redução das jornadas de trabalho dos profissionais já contemplados com leis específicas e não normatizadas pelo governo, dentre outros.

## RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS – RSC

Em conformidade com deliberação do Comando Nacional de Greve, em reunião realizada no dia 17 de maio de 2024 e, considerando:

O atual cenário de negociação com o Governo;

As diversas propostas apresentadas pelas forças políticas dentro da CNSC;

Que a CNSC já enviou o quadro comparativo das propostas;

A necessidade de definição do modelo que a FASUBRA adotará de RSC-TAE;

O Comando Nacional de Greve encaminha abaixo a proposta dos dois modelos para análise e deliberação pelas entidades de base:

Texto 1:

O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) é um instrumento de valorização dos saberes não instituídos e das competências desenvolvidas e postas à disposição da sociedade pelos Técnico-administrativos em Educação.

O modelo proposto pelo Movimento TAE na Luta e pelos coletivos Travessia e UNIR, congrega com a proposição originada no SINASEFE, confluindo para um modelo já sedimentado e para a construção da unidade da categoria.

Este modelo, parte da concessão do RSC por meio da equivalência remuneratória do servidor contemplado ao percentual de Incentivo à Qualificação (IQ) imediatamente superior. Nas propostas, divididas em 5 níveis de RSC, configura-se a democratização de acesso aos percentuais do IQ sem com isso desvirtuar o processo de qualificação, importante característica do PCCTAE.

Os 5 níveis apresentam as seguintes equivalências:

RSCI – ocupantes de cargos que tenham como requisito de ingresso ou que tenham como escolaridade até o Ensino Médio incompleto, se contemplados pelo RSC teriam acesso ao percentual equivalente ao IQ do Ensino Médio.

RSCII – servidores com Ensino Médio, Médio Profissionalizante ou Técnico, se contemplados pelo RSC, teriam acesso ao percentual equivalente ao IQ de Graduação;

RSCIII – detentores do título de graduação, se contemplados pelo RSC, teriam acesso ao percentual equivalente ao IQ de pós-graduação lato sensu;

RSCIV – detentores do título de pós-graduação lato sensu, se contemplados pelo RSC, teriam acesso ao percentual equivalente ao IQ de Mestrado;

RSCV – detentores do título de mestrado, se contemplados pelo RSC, teriam acesso ao percentual equivalente ao IQ de Doutorado.

Texto 2:

A realidade atual impõe a necessidade de uma atualização das atividades dos trabalhadores, seja pelas mudanças tecnológicas, seja pelas novas atividades a serem desempenhadas. Os atuais instrumentos mostram-se insuficientes para valorizar as habilidades e competências adquiridas.

Para além da valorização da capacitação, do desempenho e da educação formal, já previstas no PCCTAE nas progressões e no incentivo à qualificação, a Instituição deve valorizar as atividades que demonstrem saberes e competências (saber, saber fazer e fazer), construídas ao longo da vida profissional do servidor contribuindo para o desenvolvimento da Instituição Federal de Ensino (IFE).

O RSC é um instrumento que reconhece e incentiva os saberes e competências adquiridos pelo servidor ao longo de sua vida profissional dentro ou fora da IFE que contribuíram com relevância e



efetividade para o Desenvolvimento Institucional onde atuam ou atuaram, e é devido aos servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão que preencherem os requisitos para sua aquisição.

Quais os nossos Princípios para o RSC?

Valorizar os fazeres dos TAE de todos os cargos nas IFE;

Independentemente do nível de escolaridade, desde o fundamental ao doutorado, e do nível de classificação do cargo, todos (as) TAE podem alcançar o RSC.

É devido a TAE ativos, aposentados e instituidores de pensão

RSC com níveis correspondentes a percentuais sobre vencimento básico e não acumuláveis;

As dimensões de atividades deverão contemplar as áreas: institucional; gestão; acadêmica; representação política e de classe; técnico-profissional.

A escala das complexidades, que irão determinar o número de pontos e o nível do RSC obtido, deverá estar vinculada ao tipo de atividade: a) apoiar/integrar/participar, b) planejamento/execução e c) coordenação/ autoria/representação institucional.

CTB		RESSIGNIFICAR	
RSCI	25 pontos – 25%	RSCI	Nº de pontos a definir – 25%
RSCII	30 pontos – 30%	RSCII	Nº de pontos a definir – 40%
RSCIII	52 pontos – 52%	RSCIII	Nº de pontos a definir – 55%
RSCIV	75 pontos – 75%	–	–

A CNSC após analisar e discutir sobre todas as 4 propostas encaminhadas pelos coletivos chegaram a um consenso condensando todas as proposições em dois modelos de RSC para que a FASUBRA pudesse encaminhar para discussão e deliberação nas bases e responderem a Federação, definindo assim, a proposta final de RSC.





Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978.

## OFÍCIO ENCAMINHADO AO MEC



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978.

OFÍCIO Nº 74/2024

Brasília-DF, 23 de maio de 2024.

Sra. Jussara Cardoso Silva Freitas  
Subsecretária da Secretaria de Gestão Administrativa

À Coordenadora da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira – PCCTAE

Considerando o posicionamento do Ministério da Gestão e Inovação, em reunião da Mesa Temporária e Específica, realizada no dia 21 de maio de 2024, no que trata do Reconhecimento de Saberes e Competência (RSC);

Considerando as propostas já apresentadas por algumas representações nesta comissão que tratam do tema;

Considerando que a FASUBRA Sindical protocolizou, SEI 308803.4103282/2024, uma proposta de texto de alteração na Lei 11.091/2005, que trata da inclusão do benefício do RSC no Acordo de Greve; Dado a urgência para a resolução do acordo de greve, solicitamos o agendamento de reunião, mesmo que virtual da CNS/MEC, para tratarmos apresentação da proposição da FASUBRA Sindical e elaboração de cronograma para a discussão deste e demais temas apresentado para discussão na comissão.

Cristina del Papa  
Coordenação Geral

Ivandá Oliveira Silva Reis  
Coordenação Geral

Loiva Isabel M. Chansis  
Coordenação Geral

FASUBRA Sindical



## MOÇÕES

### MOÇÃO DE APOIO DO CNG-FASUBRA ÀS PAUTAS DOS TAE DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO DAS IFE

Pela retomada urgente de concursos públicos para cargos da área de comunicação nas universidades e nos institutos federais.

A categoria Técnico-administrativa em Educação, reunida no Comando Nacional de Greve da FASUBRA, manifesta o seu apoio aos seus servidores e servidoras efetivas da área de comunicação das instituições federais de ensino superior (IFE) em suas reivindicações pela retomada dos concursos públicos vedados pelos decretos 9.262/18 e 10185/19. Esses decretos, além de unilaterais, com vistas à terceirização de atividade essencial e contrários aos interesses das universidades e dos institutos federais, contribuíram para uma situação de ameaça à democracia interna das IFE e de empobrecimento do obrigatório diálogo dessas instituições com a sociedade.

O CNG-FASUBRA reivindica, assim, que o governo federal promova a revisão urgentíssima dos citados decretos, que há anos proíbem concursos públicos para profissionais essenciais à comunicação das IFE, tais como Jornalistas, Relações Públicas, Publicitários, Desenhistas Industriais, Programadores Visuais, Revisores, Técnicos em Audiovisual, Editores de Vídeo, Editor de Imagem, Operador de Câmera de TV e Cinema, Fotógrafo, etc., com as devidas criações de novos códigos de vaga para combater o profundo desmonte pelo qual passa a área de comunicação das IFE. Todos esses são cargos abrangidos pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), em nível C, D ou E, que fazem falta às IFE, a ponto de sua vedação ter ensejado nos últimos anos manifestações enfáticas dos seus gestores em prol do seu retorno: do Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais (COGECOM), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), nas cartas do Rio de Janeiro (2020) e de Santo André e São Carlos (2023); e dos grupos de Editores (GT Editores) e de Gestores de Comunicação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em 2023.

Os TAE da área de Comunicação são responsáveis pela comunicação institucional e acadêmica dessas instituições, atuando também como produtores de conteúdo sobre educação e ciência em diversos suportes tecnológicos, entre outras áreas de atuação como os TAE que trabalham nas editoras universitárias. A especificidade e a complexidade da comunicação das IFE, que não se confundem com as necessidades básicas que se podem pensar para órgãos da administração direta, são pontos pacíficos entre seus servidores gestores e técnicos, e também da parte de entidades de reflexão e promoção da comunicação pública.

Universidades e institutos federais produzem e divulgam conteúdo midiático de qualidade para redes sociais, TVs, rádios, etc. Para isso, precisam de equipes profissionais multidisciplinares e estatutárias a fim de exercer de forma técnica e independente a vital função de divulgar e popularizar os temas nacionais e o conhecimento científico, ajudando a combater o negacionismo, além de fomentar a relação com suas comunidades de forma democrática, isto é, aberta a todos os membros dessas comunidades e sem dispersões e nem desvios de finalidade, riscos consideráveis dos processos políticos internos dessas instituições.

A falta de TAE da área de Comunicação compromete de forma cabal a expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por meio da qual foram concedidas mais de 70 novas licenças de operação para emissoras de rádio e TVs a universidades e institutos. A situação preocupa até mesmo a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do Governo Federal e já foi tema de manifestação do ministro Paulo Pimenta. Portanto, não só é insustentável a manutenção de equipes de comunicação deficitárias nas IFE nos tempos atuais, em que a comunicação tem relevância central, mas também dentro dos próprios planos de comunicação do Governo Federal. Ressaltamos que a expansão da RNCP deveria vir a reboque da valorização da comunicação das IFE, não por atropelamento, uma vez que é preciso garantir que essas concessões refletirão a pluralidade de pontos de vista e de culturas que a capilaridade regional das universidades e dos institutos é capaz de proporcionar à comunicação pública.

É urgente, portanto, que medidas sejam tomadas para que essa demanda não dependa das discussões de greve, tendo em vista que sua necessidade extrapola um cenário da rede de IFE. Trata-se de um

relevante projeto de promoção de cidadania para o Brasil. Por isso reivindicamos concursos emergenciais com o uso dos cargos já existentes, de forma a não permitir o risco de que a construção dessas equipes demore mais do que o tempo da atual gestão federal, ainda mais se houver decisão pela criação de novos cargos. Reforçamos ainda a exigência de que: as atribuições dos atuais cargos sejam atualizadas para abranger as atribuições da comunicação digital e os princípios da comunicação pública; os direitos básicos dos servidores da ativa sejam respeitados, como o de redistribuição, que permanecem usurpados pela Portaria SEGRT/MGI nº 619/2023, de forma não gerenciável para as IFE, pela extensão de cargos destruídos nos últimos anos; e as legislações profissionais sejam obedecidas, sem acenar com um desacato, que seria antiético, tendo em vista a condição formadora dessas profissões que as IFE detêm.

Por fim, deixamos nessa moção a semente para que a comunicação das IFE saia da periferia administrativa para uma centralidade nacional à altura da sua capacidade, o que seria de tanto ganho social para o Brasil que nos faz defender que a comunicação deveria ser, legalmente, atividade finalística dessas instituições, dado o fato de que são núcleos públicos de conhecimento, intelectualidade e diálogo.

### MAPA DE ADESÃO À GREVE

FASUBRA SINDICAL				
Região	Instituição	UF	Deflagrou Greve	Data de Início
Norte	<b>SINDTIFESPA</b>			
	UFPA	PA	Sim	11/mar
	UFRA	PA	Sim	11/mar
	UFOPA	PA	Sim	11/mar
	UNIFESPA	PA	Sim	11/mar
	<b>SINTESAM</b>	<b>AM</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTEST/AC</b>	<b>AC</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTUNIR</b>	<b>RO</b>	Sim	18/mar
	<b>SINTAD-TO</b>			
	UFT	TO	Sim	18/mar
	UFNT	TO	Sim	18/mar
	<b>SINSTAUFAP</b>	<b>AP</b>	Sim	18/mar
Nordeste	<b>SINTESP</b>			
	UFPB	PB	Sim	11/mar
	UFCG	PB	Sim	11/mar
	<b>SINTUFCE</b>			
	UFCA	CE	Sim	15/mar
	UNILAB	CE	Sim	15/mar
	UFC	CE	Sim	15/mar
	<b>SINTUFEPE-R</b>	<b>PE</b>	Sim	11/mar
	UFAPE	PE	Sim	19/mar
	<b>SINTUFEPE-FED</b>	<b>PE</b>	Sim	11/mar



	<b>ASSUFBA-SIND</b>			
	UFBA	BA	Sim	11/mar
	UFRB	BA	Sim	11/mar
	UFOB	BA	Sim	11/mar
	UNILAB	BA	Sim	11/mar
	UFSB	BA	Sim	11/mar
	<b>SINTUFAL</b>	<b>AL</b>	Sim	20/mar
	<b>SINTEST RN</b>			
	UFRN	RN	Sim	14/mar
	UFERSA	RN	Sim	14/mar
	<b>SINTUFS</b>	<b>SE</b>	Sim	14/mar
	<b>SINTEMA</b>	<b>MA</b>	Sim	18/mar
	<b>SINTUFPI</b>	<b>PI</b>	Sim	15/mar
	<b>Centro Oeste</b>	<b>SINTUF MT</b>		
UFMT		MT	Sim	14/mar
UFR		MT	Sim	14/mar
<b>SISTA-MS</b>		<b>MS</b>	Sim	14/mar
<b>SINT-IFESGO</b>				
IFG		GO	Sim	11/mar
UFG		GO	Sim	11/mar
UFJ		GO	Sim	11/mar
UFCAT		GO	Sim	11/mar
<b>SINTFUB</b>		<b>DF</b>	Sim	11/mar
<b>SINTEF UFGD</b>		<b>MS</b>	Sim	18/mar
<b>Sudeste</b>	<b>SINTUFF</b>	<b>RJ</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTUFRJ</b>	<b>RJ</b>	Sim	11/mar
	<b>ASUNIRIO</b>	<b>RJ</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTUR-RJ</b>	<b>RJ</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTUNIFESP</b>	<b>SP</b>	Sim	18/mar
	<b>SINTUFSCAR</b>	<b>SP</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTUFES</b>	<b>ES</b>	Sim	13/mar
	<b>SINTUNIFEI</b>	<b>MG</b>	-	-
	<b>SINDIFES</b>			
	UFMG	<b>MG</b>	Sim	11/mar
	UFVJM	<b>MG</b>	Sim	11/mar
	CEFET-MG	<b>MG</b>	Sim	11/mar
	IFMG	<b>MG</b>	Sim	11/mar
	<b>SINDUFLA</b>	<b>MG</b>	Sim	11/mar
<b>ASAV-SINDIC</b>	<b>MG</b>	Sim	11/mar	

	<b>SIND-ASSUFOP</b>	<b>MG</b>	Sim	25/mar
	<b>SINTET/UFU</b>	<b>MG</b>	Sim	18/mar
	<b>SINTUFEJUF</b>			
	UFJF	MG	Sim	11/mar
	IF Sudeste MG	MG	Sim	11/mar
	<b>SINDTTAE/UFTM</b>	<b>MG</b>	Sim	11/mar
	<b>SINT/UNIFAL</b>	<b>MG</b>	Sim	10/abr
	<b>SINDS-UFSJ</b>	<b>MG</b>	Sim	11/mar
	<b>SINTUF ABC</b>	<b>SP</b>	Sim	14/mar
<b>Sul</b>	<b>SINTUFSC</b>	<b>SC</b>	Sim	11/mar
	<b>SINDTEST-PR</b>	<b>PR</b>	Sim	11/mar
	<b>ASUFPEL</b>	<b>RS</b>	Sim	18/mar
	<b>APTAFURG</b>	<b>RS</b>	Sim	11/mar
	<b>ASSUFRGS</b>	<b>RS</b>	Sim	18/mar
	<b>ASSUFSM</b>	<b>RS</b>	Sim	14/mar
	<b>SINDIEDUTEC</b>	<b>PR</b>	Sim	25/mar
	<b>SINDTAE-FS</b>	<b>SC</b>	Sim	18/mar
	<b>SINDIPAMPA</b>	<b>RS</b>	Não Informou	-

## INFORMES DE BASE

### ASUFPel

### NOTA À IMPRENSA CONDUTA ANTISSINDICAL DA GESTÃO DA UFPEL

A UFPEL através de seus gestores máximos, dentre eles a reitora não eleita e escolhida por Bolsonaro (Isabela Fernandes Andrade), e dois servidores não sindicalizados ocupantes de cargos comissionados (Taís Ullrich Fonseca e Jorge Luiz Moraes Pereira Júnior), em conjunto com o MGI, formalizou a conduta antissindical de sustar a arrecadação do fundo de greve dos servidores representados pelo ASUFPel-Sindicato. Sendo que a contribuição foi aprovada por incontestável maioria, com votação aberta a sócios e não sócios, em assembleia-geral da categoria de 11 de março de 2024, promovida pelo ASUFPel-Sindicato, legítimo representante dos servidores técnico-administrativos em educação de Pelotas e Capão do Leão, em consonância com as normas estatutárias, Lei de Greve (art 6º) e jurisprudência do STF (Tema 935), sendo disponibilizado aos não sócios prazo para oposição, com ampla divulgação em mídias e jornal. O fundo de greve custeia a mobilização do movimento paredista, que traz ganhos para toda a categoria, incluindo os não sindicalizados. Matematicamente, trabalhadores despolitizados compreendem como negativa a contribuição de greve, cujo valor é ínfimo frente ao já recebido pagamento de todos os valores frutos da luta dependente daquela arrecadação. Aqueles que não contribuem para a luta por acaso renunciam aos ganhos da greve?

Importante destacar que não foi disponibilizado ao ASUFPel-Sindicato qualquer prazo para regular manifestação, o que viola o devido processo legal. A entidade foi surpreendida pela notícia de publicação do Memorando-Circular nº 1/2024/PROGEP/REITORIA, o qual, na prática, sustou quase toda a receita da entidade. Além de ferir a livre organização sindical, a conduta expressa nesse documento cortou a receita do Sindicato inclusive de valores sem qualquer relação com o fundo de greve. As mensalidades sindicais são responsáveis desde o pagamento dos funcionários da entidade



até ações de solidariedade voltadas a mitigar a catástrofe climática no RS.

Contudo, esse não é um ato isolado. Atualmente, encontra-se em andamento disputa eleitoral para a sucessão da reitoria da Universidade. E é especialmente nesse contexto, que inúmeros atores políticos ligados à Gestão passaram a veicular ataques à imagem do ASUFPeI. Uma campanha orquestrada de desprestígio ao Sindicato em redes sociais, com veiculação até de dossiê que envolvia imagem de pessoas inclusive afastadas para tratamento de saúde. As *fake news* não cessaram nem mesmo durante nosso período de luto pela perda de valorosos companheiros de luta. Tais fatos já foram objeto de notificação extrajudicial aos responsáveis.

Lamentavelmente, quando se trata de campanhas de deslegitimação dos sindicatos, ou ataques ao livre exercício constitucional do direito de greve, a conduta de agentes vinculados à atual Gestão da UFPel não surpreende. Entretanto, ainda nos revolta o posicionamento de algumas figuras em cargos de gestão da nossa UFPel. Exemplificando: em reunião do Comando Local de Greve, dia 05 de abril de 2024, chefia ligada ao grupo político da atual Gestão, questionou o fato de que o Comando elencou como atividades essenciais durante a greve, a entrega de diplomas urgentes e o cuidado de animais em laboratório. Pasmem com a declaração: na visão dessa chefia, "os estudantes que percam o emprego" e os "animais que morram". Muito triste e chocante.

Vale lembrar que durante a gestão Bolsonaro as entidades sindicais foram duramente atacadas, e especialmente no seu financiamento. Do mesmo modo, a atual Gestão da UFPel, liderada por uma reitora não eleita e escolhida por Bolsonaro, emula tais condutas. Precisamos nos questionar: A quem interessa asfíxiar financeiramente um sindicato? Quem quiser defender práticas antissindicalistas é livre para tanto. Contudo, não cabe reclamar da perda de direitos e do declínio da democracia.

Portanto, além das consequências jurídicas, a prática antissindical da Gestão da UFPel, em colaboração com o MGI, receberá o juízo ético, histórico e político pertinente. No plano jurídico, o ASUFPeI já deu início ao conjunto de medidas de combate a este último e brutal ataque à livre organização sindical. No plano institucional, MEC e ANDIFES serão comunicados. E no plano das entidades representativas de luta, conclamamos FASUBRA, CUT, ANDES e demais entidades de todo o país a insurgir-se contra a campanha de deslegitimação e interdição promovida pela Gestão da UFPel em face deste Sindicato que possui uma história de lutas!

Pelotas, 20 de maio de 2024.

ASUFPeI-Sindicato | 44 anos - Uma História de Lutas!

## **ASSUFMS**

Ao

Comando Nacional de Greve FASUBRA SINDICAL

Brasília/DF

Prezados(@s!

A respeito do ofício - SEI nº 149/2024/PRES-EBSERH enviado à FASUBRA, o Comando Local de Greve da ASSUFMS – Gestão 2023/2025, comunica que os Servidores(as) Técnico-administrativos lotados no Hospital Universitário de Santa Maria/ UFSM, permanecerão em greve por tempo indeterminado.

Saudações grevistas

Comando Local de Greve



## SINDTTAE/UFTM



SINDICATO DOS TRABALHADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UFTM  
COMANDO LOCAL DE GREVE  
Rua Dominicanos, 283, Abadia, Uberaba, MG, CEP: 38025-450  
Fone: 34 3333-2702  
Email: clg.sindttaeuftm@gmail.com

### INFORME DE BASE CLG/SINDTTAE 04/2024, 06/05 a 17/05/2024

Dando seguimento à greve deflagrada em assembleia dos técnicos administrativos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em 11/03/2024, no dia 06/05/2024 (segunda-feira), realizamos Reunião de Grevistas na sede do SINDTTAE, contando com boa participação. Nessa ocasião, realizamos a reestruturação das Comissões: administrativa e finanças; comunicação; articulação e mobilização, com estabelecimento das atribuições e inserção de novos membros. Além disso, houve reunião do Conselho Superior (CONSU), onde nosso representante fez a leitura de uma carta de apoio que foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros, sendo publicada como uma nota conjunta (técnicos, docentes e discentes).

No dia 07/05, realizamos reunião do Comando Local de Greve, via Google Meet, com participação da assessoria jurídica, sendo acordados dois posicionamentos do CLG acerca de temática que vinham gerando dúvidas aos servidores: escalas e revezamentos para cumprimento de atividades essenciais e teletrabalho e frequência na greve. Na quinta (09/05), participamos de uma reunião de mobilização com servidores de setor da Pró-reitoria de Recursos Humanos interessados em aderir à greve, para tirar dúvidas e esclarecer a respeito da necessidade de manutenção das atividades essenciais - vale destacar que após essa, todos os servidores da equipe aderiram ao movimento. Na mesma data, estivemos no Prédio de Pesquisa da UFTM, dialogando com servidores não grevistas quanto ao andamento das negociações, pautas da greve e esclarecimentos sobre o movimento.

Na sexta (10/05), construímos um ATO UNIFICADO com TAEs, docentes, estudantes e familiares do IFTM, além de docentes e estudantes da UFTM, na Praça Pôr do Sol, local de grande trânsito de pessoas para a realização de atividade física. Foi possível, neste ato, conversar com a comunidade sobre as reivindicações do movimento, além de estreitar laços com os companheiros de luta.

Iniciando a nova semana, em 13/05 (segunda), realizamos novamente a reunião de grevistas para organização do movimento onde foram lançadas campanhas financeiras para criação de fundo da greve (camisetas, bottons, rifas e doação voluntária), além de definições da agenda da semana. Na terça (14/05), pela manhã, iniciamos uma sequência de rodas de conversa com servidores RJU lotados no Hospital das Clínicas (HC) da UFTM, hoje gerido pela EBSERH - passamos nas unidades do HC entregando panfletos e convidando esses trabalhadores a se juntarem a nós para conversar. Foi possível realizar informes do movimento, tirar dúvidas e levantar pautas locais. Após o almoço, construímos um ato conjunto com docentes e estudantes da Universidade, em frente ao prédio da Reitoria, onde se iniciaria uma reunião do Conselho de Ensino (COENS). Nos foi possibilitada a participação no início da reunião para informes da greve e, na ocasião, foi aprovada uma moção de apoio do Conselho ao movimento grevista e suas reivindicações. Ao final do ato, realizamos nova passagem pelos setores que ainda não haviam sido visitados, no Prédio de Pesquisas da UFTM. À noite, foi realizada nova roda de conversa com TAEs do HC.



Legenda: Registros da Reunião de Grevistas do dia 06/05/2024, na sede do SINDTTAE.



Legenda: Leitura da Nota de Apoio ao movimento grevista, realizada pelo representante dos TAEs no CONSU em 06/05, com aprovação por unanimidade. Ao lado, publicação da nota no site da UFTM.



CONSU  
Nota de Apoio à Greve Geral dos Técnicos Administrativos das Universidades Federais  
Expressamos nosso total apoio à justa e necessária greve geral dos técnicos administrativos das...



Legenda: Servidores TAEs, docentes e estudantes da UFTM em ato unificado com IFTM na Praça Pôr do Sol (Uberaba), em 10/05/2024.



Legenda: Roda de conversa com servidores RJU lotados no HC/UFTM. Realizada no dia 14/05 às 8h30.



Legenda: Ato unificado entre TAEs, docentes e estudantes da UFTM, em frente ao prédio da Reitoria, em 14/05.



Legenda: Participação dos manifestantes na reunião do COENS, com informes da greve e aprovação de moção de apoio, em 14/05.



Legenda: Roda de conversa com servidores RJU lotados no HCA/UFTM. Realizada no dia 15/05 às 20h30.



Legenda: Grupo de Estudo sobre as propostas de RSC realizado no dia 16/05, com transmissão online.

Seguimos na luta!

Sarah Scrafi dos Santos  
COMANDO LOCAL DE GREVE DO SINDTTAE/UFTM

Rolando R. Malvácio Júnior  
DIREÇÃO DO SINDTTAE



SINTUFSC



Sindicato de Trabalhadores em Educação  
da Universidade Federal de Santa Catarina

### AVALIAÇÃO GREVE CLG/UFSC - 22/05/2024

Tivemos nesta semana a segunda mesa de negociação da greve, na qual o governo apresentou uma segunda proposta que, na verdade, pouco difere da primeira. Para o ano de 2024 segue oferecendo nada, zero, e aumenta em 1,5% o percentual de 2026. No Plano de Cargos e Salários tampouco avança. Não aceitou unificar os níveis, nem estabelecer a correlação 60/40, nem aumentar a porcentagem do step, ou seja, ganho nenhum. Por outro lado, apesar da proposta rebaixada, saiu divulgando que estava garantindo 9 + 9+ 5 %, incluindo aí os 9% dados no ano passado, que foi linear, portanto para todas as carreiras, sem com isso, portanto, diminuir o fosso que divide algumas carreiras de outras. Assim, o governo que dizia que ia reduzir as desigualdades, segue ampliando-as. Os maiores reajustes foram destinados aos trabalhadores da segurança com os dos policiais penais chegando a 77,15% para os de fim de carreira, a Polícia Rodoviária Federal com 27,48%, e os delegados da Polícia Federal com 27,48%. A educação, além de ter seus recursos diminuídos, segue com os piores salários. Sendo assim, não resta aos trabalhadores senão rejeitar essa proposta.

Temos mais de 70 dias de greve com uma mobilização bastante grande em todas as universidades, mas esbarramos na desarticulação promovida pela Fasubra. É preciso, portanto, fazer a crítica. Durante todo esse tempo de greve poucas foram as reuniões do Comando Nacional que apresentaram uma avaliação de conjuntura. Estamos, assim, atuando sem uma compreensão real do cenário. No CNG as reuniões não se concretizam e o que se tem visto são as articulações isoladas das ditas forças ou correntes. São estas forças que se reúnem, discutem e apontam caminhos que, por sua vez não são amarrados em um debate amplo que se expresse em ações articuladas e unificadas nacionalmente. A impressão que se tem é de que cada força faz uma greve diferente. Isso ficou visível nas duas mesas de negociação quando ao final do encontro, cada força foi para o seu Instagram fazer a sua avaliação da reunião, com as bases perdidas sem saber qual era, afinal, a avaliação final do CNG. A divergência é necessária e bem-vinda, mas esta é uma greve nacional e é preciso debater essas divergências no CNG e chegar a um consenso para que possamos atuar unificadamente.

Observamos também que, tal e qual aconteceu em 2003/2004, o CNG está cindido com uma parte significativa atuando na mesma onda do governo federal,



blindando o presidente Lula e dando bastante conforto ao governo. A proposta que saiu das bases para que a greve atuasse nacionalmente, com cada estado fazendo chegar o protesto nas atividades do presidente Lula, não foi encaminhada. Lula segue caminhando pelo país, fazendo discursos engraçadinhos, sem ser cobrado pelo fato de as universidades e institutos federais estarem parados há mais de 70 dias.

A nossa Federação – a partir da força majoritária, a Unir – atuando no sentido de não incomodar o Lula e ficar de conversinha como senhor Feijó, que é um funcionário de terceiro escalão, só decepciona os trabalhadores da base. Um exemplo foi essa segunda mesa quando mais de cinco mil trabalhadores, deslocados de seus estados para o ato em Brasília, tiveram de ouvir que a proposta trazia “avanços”. Não foi sem razão a vaia dada a um e outro diretor. Os trabalhadores estão vendo claramente que a Fasubra atua no sentido de blindar o Lula. Entende-se que muito votaram no Lula e têm esperanças no seu governo, mas esta é uma luta classista, de trabalhadores contra o estado/patrão e aí é preciso atuar em consequência, do lado dos trabalhadores. Afinal, é o governo que não apresenta proposta digna e é o governo o responsável por estarmos parados todos esses dias.

Na UFSC temos mobilizado os trabalhadores, construindo uma greve forte, e agora articulada com professores e estudantes. Construímos uma pauta local bastante densa e minuciosa a qual temos discutido com o nosso reitor. Conseguimos mobilizar todos os campi do interior, realizamos importantes ações de formação dos trabalhadores e temos dado intenso combate a EBSERH, garantindo mais de 300 trabalhadores em greve dentro do HU, que só retornaram agora por conta de uma ação judicial, ainda que se mantenham mobilizados. Não tem sido fácil manter esse trabalho considerando que em nível nacional não conseguimos ver o mesmo empenho para a construção de ações unificadas. A greve é nacional, as ações precisam ser realizadas ao mesmo tempo, em todas as IFES, só assim teremos visibilidade.

É óbvio que a proposta do governo deve ser rejeitada, mas a greve não pode seguir sendo comandada desta forma como a Federação vem fazendo, que, na verdade, é um não-comando, uma desorganização deliberada, ao que parece. A situação é tão grave que temos de recorrer às análises do Sinasefe para ter uma visão mínima do que acontece em Brasília.

Considerando esta análise apontamos o seguinte para o CNG:



Sindicato de Trabalhadores em Educação  
da Universidade Federal de Santa Catarina

1 – que sejam realizadas reuniões diárias do CNG com avaliações de conjuntura e da greve e que estas avaliações desçam para as bases para servir de baliza nas avaliações locais.

2 - EXIGIMOS que diretores governistas da Federação não participem das próximas mesas de negociação. Não aceitaremos mais esse desrespeito com as bases.

3 – que a palavra de ordem a partir de agora seja "A greve continua, Lula a culpa é tua", responsabilizando o presidente pela continuidade do movimento.

4 – realização de ações unificadas e coordenadas nas bases visando dar visibilidade nacional ao movimento. Exemplo: um dia de fechamento dos campi em todas as IFES, ou um dia de ocupação das reitorias em todos os campi e assim por diante...

5 – desmascarar, com campanha nacional, a propaganda do governo federal que alega ter oferecido 28% de recuperação aos trabalhadores. Isso não é verdade.

Comando Local de Greve/ UFSC

## CALENDÁRIO

### MAIO

27 a 29	Rodada de Assembleias Gerais
27	Reunião das Comissões do CNG – Manhã
27	Vigília em frente ao MGI

### CONTATOS

SECRETARIA	cng.secretaria@fasubra.org.br
COMUNICAÇÃO	cng.comunicacao@fasubra.org.br